

200 milhões de pessoas podem migrar devido ao clima durante o século XXI

13 de Setembro, 2018

As alterações climáticas podem forçar a deslocação de 120 milhões de pessoas em idade ativa e suas famílias, num total de 200 milhões, ao longo do século XXI, mas menos de 20% serão migrações internacionais, dá conta a agência Lusa.

A conclusão é de um estudo dos investigadores Frederic Docquier, Michael Burzynska, Christoph Deusterce e Jim de Melo, que foi ontem apresentado num seminário promovido pelo Centro NOVAFRICA, da Nova SBE – Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em Carcavelos.

O estudo analisa os efeitos de longo prazo das alterações climáticas sobre as migrações laborais, sendo incluídos nos diferentes países – 145 países em desenvolvimento mais 34 do grupo da OCDE – fatores como o efeito do aumento das temperaturas e da subida do nível do mar, o crescimento demográfico e populacional, decisões educativas, desigualdade salarial, pobreza extrema e decisões de mobilidade.

Os modelos matemáticos criados pelos investigadores revelam que as alterações climáticas têm efeitos limitado nas taxas de emigração e imigração internacionais, mesmo nos cenários mais extremos, demonstrando que a migração internacional é uma estratégia de adaptação dispendiosa, e por isso mesmo, de último recurso.

Num cenário climático moderado (considerando um aumento de 2.º grau centígrados e subida de 1 metro no nível do mar), os cientistas prevêem deslocações forçadas e voluntárias de cerca de 200 milhões de pessoas, dos quais só 19% irão optar por uma migração de longo distância, para um dos países desenvolvidos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

“Estas condições são favoráveis ao aumento da mobilidade internacional dos trabalhadores”, escrevem os autores, acrescentando que com as atuais leis e políticas migratórias, os migrantes climáticos tenderão a deslocar-se mais no interior dos seus próprios países do que atravessando fronteiras.

As alterações climáticas deverão também aumentar a diferença de rendimentos entre os países mais pobres e os mais ricos em 25%, influenciar a pobreza extrema e forçar milhões de adultos a fugir das áreas onde vivem inundadas.

Outros fatores como perdas diretas de serviços públicos ou conflitos sobre recursos vão também determinar o maior ou menor fluxo de migrações internas ou internacionais, embora estes mecanismos sejam mais difíceis de quantificar, salientam.

Os migrantes são sobretudo originários de países que menos contribuíram para

as alterações climáticas, mas mais vão sofrer os seus efeitos, incluindo países africanos como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

O estudo realça que as alterações climáticas exigem “mais coerência entre políticas de migração, desenvolvimento e ambientais” e acrescenta que “são necessárias medidas preventivas para encorajar a adaptação às alterações climáticas, redução do risco de desastres a nível local, desenvolvimento sustentável em geral e desenvolvimento urbano sustentável em particular”, sobretudo nos países mais pobres, onde as pessoas têm também menos mobilidade devido às dificuldades financeiras.